



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014.

É com muito orgulho e satisfação que compartilhamos mais um ano de resultados recorde. Em 2014 reafirmamos o sucesso da nossa estratégia de crescimento sustentável pautado na busca contínua pela qualidade, no compromisso com as necessidades dos nossos clientes, na parceria sólida com os nossos fornecedores e no comprometimento, paixão, respeito e expertise dos nossos colaboradores.

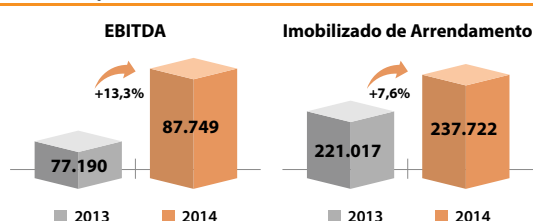
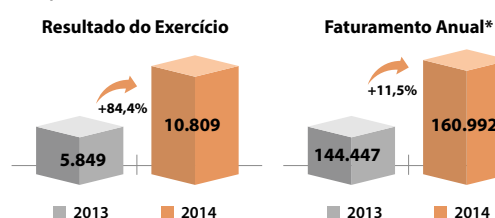
Continuamos empenhados em oferecer as melhores soluções aos clientes que valorizam o conceito de mobilidade e parceria e que buscam administrar suas frotas ou reduzir custos através de produtos com diferenciais únicos e elevados padrões de eficiência. Características únicas que fazem da LeasePlan a maior empresa do mundo em mobilidade e gestão de frotas.

O ano de 2014 foi marcado pela instabilidade econômica e política no Brasil. Baixo crescimento do PIB, aumento crescente das pressões inflacionárias e aumento da taxa básica de juros foram grandes desafios para a indústria automobilística e de serviços.

Mesmo diante deste cenário, a LeasePlan apresentou crescimento da carteira e lucro recorde.

A estratégia adotada e a estrutura de gerenciamento de riscos demonstraram mais uma vez a aderência ao ambiente macroeconômico, seja ele mais ou menos favorável, garantindo a sustentabilidade do negócio, o nível de desempenho e preparando a empresa para as oportunidades de crescimento traçadas para 2015.

Principais Indicadores



Descrição Geral do Negócio

Fazemos parte de uma empresa global de origem Holandesa líder em gerenciamento de frotas e mobilidade responsável por 1.42 milhões de carros nos 32 países que estamos presentes. Guiados pela missão de facilitar o gerenciamento de frotas e a garantir mobilidade dos nossos clientes por meio de soluções inovadoras, o Grupo LeasePlan alcançou resultados expressivos em 2014 com um crescimento do lucro líquido de 14% chegando a 1.196 bilhões de Reais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

2014		2013	
Nota	2014	Nota	2013
Ativo Circulante			
Disponibilidades	44.528	43.817	
Operações de arrendamento mercantil	4.757	3.472	
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	113.005	105.290	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(106.877)	(101.684)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.371)	(134)	
Outros créditos	6.738	5.671	
Diversos	7.161	5.671	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(423)	-	
Outros valores e bens	31.810	29.708	
Bens não de uso próprio	18.240	19.750	
Provisão para desvalorização	(52)	(78)	
Despesas antecipadas	13.622	10.036	
Ativo não circulante	239.341	223.484	
Ativo realizável a longo prazo	239.341	223.484	
Operações de arrendamento mercantil	-	-	
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	87.680	76.864	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(87.680)	(76.864)	
Permanente	239.341	223.484	
Imobilizado de uso	1.199	1.295	
Outras imobilizações de uso	2.427	2.189	
Depreciações acumuladas	(1.228)	(894)	
Intangível	421	1.172	
Imobilizado de arrendamento	237.721	221.017	
Bens arrendados	310.366	292.845	
Impairment	(687)	(1.511)	
Depreciações acumuladas	(71.958)	(70.317)	
	283.869	267.301	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2013				
(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	91.561	-	(53.107)	38.454
Lucro líquido do exercício	-	-	5.849	5.849
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.561	-	(47.258)	44.303
Mutações do exercício	-	-	5.849	5.849
Saldos em 01 de janeiro de 2014	91.561	-	(47.258)	44.303
Lucro líquido do exercício	-	-	10.809	10.809
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.561	-	(36.449)	55.112
Mutações do exercício	-	-	10.809	10.809
Saldos em 01 de julho de 2014	-	-	(43.205)	48.356
Lucro líquido do semestre	-	-	6.756	6.756
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.561	-	(36.449)	55.112
Mutações do semestre	-	-	6.756	6.756

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma Empresa Global com mais de 50 anos de liderança em gestão de frotas e presença em 31 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede em Barueri. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarca para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, consultoria e suporte na seleção e política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, homologado pelos órgãos reguladores e consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As Demonstrações Contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2015.

a) Alterações nas normas contábeis brasileiras: Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros; e Resolução nº 4.144/12 - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídos caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) e recursos financeiros com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Operações de Arrendamento Mercantil: A carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309 de 28 de agosto de 1996 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme descrito a seguir: **i. Arrendamentos a Receber:** Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **ii. Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais. **iii. Imobilizado de Arrendamento:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento e baseada na estimativa do valor residual dos respectivos bens ao final do contrato.

c) Provisão para Contraprestações de Arrendamento de Liquidação Duvidosa: Constituída com base na análise dos riscos na realização das contraprestações em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência.

d) Imobilizado de Uso e Intangível: Estão registrados os direitos e bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear com base na vida útil dos ativos. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil são registrados na rubrica Imobilizado de Arrendamento. O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e é composto principalmente por softwares.

e) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment): Os bens do Imobilizado de Uso e Arrendamento bem como os demais ativos não circulantes são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do período sob a rubrica Impairment.

f) Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN conforme descrito a seguir: **- Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível). **- Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas ou de natureza fiscal. Essas contingências, de acordo com a prática conservadora adotada, são avaliadas por nossos assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado.

Para as contingências classificadas como prováveis, são constituídas provisões; para as possíveis, são divulgadas sem que sejam provisionadas; e para as remotas, não é requerida a provisão nem a divulgação. **- Obrigações Legais:** Decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

g) Tributos: Calculados às alíquotas abaixo, consideramos, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS ^(a)	2,00%

^(a) Considera a alíquota de Barueri.

h) Resultados de Exercícios Futuros: Referem-se a bônus pagos à LeasePlan pelos fornecedores parceiros relativos a compra de Veículos, Blindagens e Acessórios cuja apropriação como receita efetiva é realizada pelo prazo médio da carteira de arrendamento.

i) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

j) Estimativas contábeis: Na preparação das Demonstrações Contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para contraprestações de arrendamentos de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

4. Operações de Arrendamento Mercantil

a) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor privado	31/12/2014	%	31/12/2013	%
Pessoa jurídica				
Serviços	4.724	77,1%	3.039	84,3%
Indústria e outros	1.152	18,8%	513	14,2%
Comércio	252	4,1%	54	1,5%
Total	6.128	100,0%	3.606	100,0%

b) Composição da Carteira e Provisão para Contraprestações de Arrendamento de Liquidação Duvidosa distribuídas pelos Níveis de Risco:

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
AA	0%	1.288	1.023	-	-
A	0,5%	2.491	553	12	3
B	1%	452	1.023	5	10
C	3%	334	758	10	23
D	10%	243	114	24	11
E	30%	-	68	-	20
F	50%	-	1	-	1
G	70%	1	-	1	-
H	100%	1.319	66	1.319	66
Total	6.128	3.606	1.371	134	

c) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do semestre	134	1.248
Constituição de provisão	1.349	43
Baixa/Reversão de provisão	(112)	(1.157)
Saldo no final do semestre	1.371	134

d) Receitas e Despesas de Arrendamento Mercantil:

	31/12/2014	31/12/2013
Rendas de arrendamento mercantil	136.885	127.999
Receitas na finalização de contratos de arrendamento ^(a)	17.075	8.418
Total das receitas de arrendamento mercantil	153.960	136.417
Despesas com bens arrendados		
Depreciação	(47.764)	(45.648)
Manutenção	(19.390)	(18.529)
IPVA e despachantes	(16.162)	(13.425)
Seguros ^(b)	(6.317)	(3.957)
Despesas com veículos substituição	(1.766)	(1.729)
Outras despesas de arrendamento mercantil	(5.118)	(4.132)
Total das despesas de arrendamento mercantil	(96.517)	(87.420)

^(a) Refere-se a receitas apuradas na venda dos bens arrendados bem como em decorrência do descumprimento de contratos de Arrendamento. ^(b) As despesas de seguros referem-se a prêmios pagos à seguradora Itaú Seguros relativos a danos próprios, terceiros e assistência 24 horas. A partir do segundo semestre de 2013, com base na característica da carteira, os valores foram ajustados e refletem a nova precificação.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)				
	Nota	2º semestre	Exercícios findos	
		2014	2014	2013
Receitas da intermediação financeira		79.325	153.960	136.417
Operações de arrendamento mercantil	4.(d)	69.480	136.885	127.999
Receita na finalização de contratos	4.(d)	9.845	17.075	8.418
Despesas da intermediação financeira		(60.571)	(119.238)	(106.250)
Operações de captações no mercado		(10.852)	(21.061)	(18.873)
Operações de arrendamento mercantil	4.(d)	(48.996)	(96.517)	(87.420)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(723)	(1.660)	43
Resultado bruto da intermediação financeira		18.754	34.722	30.167
Outras receitas (despesas) operacionais		(8.426)	(17.142)	(19.601)
Receitas de prestação de serviços		2.259	4.704	4.913
Despesas de pessoal	5.(d)	(5.601)	(12.717)	(12.122)
Outras despesas administrativas	5.(e)	(4.433)	(8.043)	(7.220)
Despesas tributárias	9.(c)	(1.846)	(3.032)	(3.671)
Outras receitas operacionais	5.(f)	1.576	2.638	3.116
Outras despesas operacionais	5.(f)	(1.205)	(1.516)	(4.875)
Impairment Provisão/ Reversão	6.(b)	824	824	258
Resultado operacional		10.328	17.580	10.566
Resultado antes da tributação sobre o lucro		10.328	17.580	10.566
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	9.(a)	(3.572)	(6.771)	(4.717)
Provisão para imposto de renda		(2.228)	(4.223)	(2.939)
Provisão para contribuição social		(1.344)	(2.548)	(1.778)
Resultado do semestre/exercício		6.756	10.809	5.849
Quantidade de ações		9.156.107	9.156.107	9.156.107
Lucro por ação - R\$, por lote de mil ações		0,74	1,18	0,64

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

5. Detalhamento de Contas

a) Outros Créditos:

	31/12/2014	31/12/2013
Diversos		
Tributos a compensar	2.978	2.305
Repasses de despesas ^(a)	2.549	1.694
Serviços a receber ^(b)	1.216	1.3

—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i. Ações Cíveis: O saldo é composto por ações de danos morais e materiais, que de acordo com os assessores jurídicos da Instituição são considerados com risco de perda provável. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Não há processos cíveis com probabilidade de perda possível que requeiram provisão ou divulgação em 31 de dezembro de 2014. **ii. Ações Fiscais e Previdenciárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, pois trata-se de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Em 31 de dezembro de 2014, a contingência provisionada estava composta basicamente pelo mandato de segurança de ISS com o município de Barueri. Os valores não provisionados provenientes de casos de mesma natureza em que a perda é considerada possível montam R\$ 41 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2013) e referem-se a execução fiscal do município de Tubarão. **iii. Ações Trabalhistas:** A Instituição não possui contingências trabalhistas provenientes de ações onde haja probabilidade de perda provável, assim como também não possui contingências com probabilidade de perda classificada pelos nossos consultores jurídicos como possível.

9. Tributos

a) Demonstração do Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	17.580	10.566
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(7.032)	(4.226)
Acréscimos/Decréscimos decorrentes de:		
Adições temporárias ^(a)	(3.218)	(3.146)
Despesas indedutíveis	(98)	(164)
Exclusões temporárias ^(b)	665	786
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	2.912	2.033
(=) Imposto de renda e contribuição social do período corrente	(6.771)	(4.717)

^(a) As adições temporárias são compostas pelo saldo de provisões para futuros desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados e provisões judiciais; ^(b) As Exclusões temporárias são compostas pela reversão de Provisão para Credores de Liquidação Duvidosa e *Impairment*.

b) Créditos Tributários: Existem créditos tributários não constituídos no montante de R\$ 21.959 (R\$ 21.979 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$ 13.744 (R\$ 13.757 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a Imposto de Renda e R\$ 8.215 (R\$ 8.222 em 31 de dezembro de 2013) à Contribuição Social, e que serão registrados somente quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atendido todos os requisitos das normas do Banco Central do Brasil para seu registro.

c) Composição das Despesas Tributárias:

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de contribuição ao COFINS	(1.743)	(1.445)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(292)	(235)
Despesas de impostos sobre qualquer natureza - ISS	(987)	(1.895)
Outras despesas tributárias	(10)	(96)
Total de despesas tributárias	(3.032)	(3.671)

(a) Despesas tributárias conforme alíquotas apresentadas na Nota 3g

d) Obrigações Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda a recolher	6.771	4.717
Impostos sobre folha de pagamento	469	396
Impostos sobre faturamento	188	129
Impostos e contribuições sobre serviços	20	6
Total obrigações fiscais e previdenciárias	7.448	5.248

10. Patrimônio Líquido

O Capital social é representado por 9.156.106.923 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, composto como segue:

	Quantidade de ações	Valor	Sede
Acionistas			Holanda
Lease Plan Corporation N.V.	9.148.948.356	91.489	da
Lease Plan Brasil Ltda.	7.158.567	72	Brasil
Total	9.156.106.923	91.561	

Não houve destinação de reserva legal sobre o lucro apurado no exercício de 2014, adicionalmente os acionistas comunicaram à Instituição a decisão de renunciar aos dividendos de 1% do lucro líquido do exercício mantido a destinar-se a redução do prejuízo acumulado.

11. Partes Relacionadas

A Instituição define como partes relacionadas os Administradores, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo.

a) Remuneração do Pessoal-Chave: Ao pessoal-chave é atribuída remuneração anual compatível com os padrões de mercado, e não há distinção para os benefícios concedidos aos demais colaboradores. A remuneração do pessoal-chave da administração, constituído por diretores e gerentes da Instituição, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 4.369 (R\$ 4.095 em 31 de dezembro de 2013).

b) Transações com Partes Relacionadas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não existem ativos, passivos, receitas e despesas relevantes com as empresas do grupo.

12. Limites Operacionais

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31 de dezembro de 2014, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de referência ^(a)	55.112	44.303
Índice de baseleia		
Nível I	19,48%	18,14%
Nível II ^(b)	-	-

^(a) Patrimônio de Referência (PR) conforme Resolução nº 4.192/2013 do CMN, que define para fins de apuração dos limites operacionais, o somatório de dois níveis, Nível I e II, cada qual composto por itens integrantes do Patrimônio Líquido bem como dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; ^(b) A Instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida e instrumentos de dívida subordinada. A administração julga adequado o atual nível do índice de Baseleia (19,48%) levando em consideração que o mesmo supera em 8,48 pontos o nível mínimo exigido (11%).

13. Gestão de Riscos

A gestão dos riscos pela LeasePlan está pautada nas melhores práticas de mercado, em linha com a normalização do Banco Central do Brasil e com as regulamentações de nossa matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.), sujeita à regulamentação do Banco Central Holandês (De Nederlandsche Bank) e com base na utilização do modelo de gerenciamento do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e o modelo das três linhas de Defesa para instituições Financeiras. Os processos de gestão de risco permeiam toda a Instituição e visam identificar e medir os riscos de natureza interna ou externa que possam afetar a nossa estratégia, impactando resultados, liquidez capital ou reputação da empresa. O processo de gerenciamento do risco conta com sistemas proprietários para assegurar um controle centralizado, Comitês para definição de metas e limites, além de revisões periódicas independentes visando assegurar o cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos localmente e pela Matriz.

a) Risco Operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A gestão de riscos operacionais feita pela LeasePlan tem como objetivo avaliar, mensurar e monitorar os eventos com a finalidade de evitar ou manter as perdas e riscos dentro dos limites estabelecidos além de garantir a aderência as práticas, diretrizes corporativas e a regulamentação vigente. O processo de controle é feito através de sistema proprietário visando garantir que o monitoramento seja feito de forma tempestiva mensurando e informando a administração das informações de risco bem como as eventuais perdas operacionais e planos de ação. • A estrutura para gestão do risco operacional pela Instituição consiste em: - Realização de Comitês de Riscos Operacionais periódicos e fóruns específicos de controles internos e compliance nos quais periodicamente são apresentados os reportes acerca do monitoramento dos riscos assim como planos de ação e perdas relacionadas. - Monitoramento contínuo e coleta de informações de eventos que causaram algum prejuízo ou perda operacional para a organização, bem como o reporte dos mesmos para a alta administração e a matriz na Holanda. - Identificação de eventos que podem ocasionar uma perda financeira no caso de sua ocorrência e a possibilidade desses eventos acontecerem, bem como as causas que motivaram o acontecimento desse evento e os processos aos quais esses eventos estão relacionados. - Revisão e alteração contínua de atividades e processos assim como implementação de controles para monitoramento de redução de perdas oriundas de risco operacional.

b) Risco de Mercado: Risco de Mercado é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities) entre outros índices. A Instituição não possui operações sujeitas a variação cambial, operações que envolvam ações (suas negociadas em bolsa ou como portfólio para investimento de recursos), operações com instrumentos financeiros, derivativos e mercadorias com intenção de negociação. Dessa forma, a Instituição entende que não está sujeita diretamente aos riscos de perdas relacionadas a variação cambial, renda variável (ações ou *commodities*) e variação nas cotações de instrumentos financeiros. Em relação a riscos de mercado com operações inerentes aos negócios, o principal risco mensurado pela Instituição é o risco de perdas provenientes das operações sujeitas a variações nas taxas de juros. Para o risco de taxa de Juros a Instituição adota uma análise periódica de Descasamento (ALM), monitorando a exposição dos fluxos de caixa por fator de risco e datas de vencimento principalmente representadas por operações de captação de recursos e sua aplicação nos contratos de Leasing operacional. O monitoramento é reportado tempestivamente a alta administração e a matriz e segue política de operar dentro de limites reduzidos de descasamento estabelecidos de acordo com normativos institucionais.

c) Risco de Crédito: Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Instituição possui estrutura e políticas institucionais para gerenciamento de risco de Crédito aplicável a subsidiária brasileira e às demais empresas do grupo. Possui também um sistema proprietário com modelagem desenvolvida pela sua matriz na Holanda (LeasePlan Corporation N.V.) para estabelecimento, análise e controle da classificação de clientes (rating interno). Através deste sistema e dos reportes contínuos ao Comitê de Crédito a posição financeira dos clientes é continuamente monitorada, com o intuito de avaliar e ajustar, se necessário, o limite de crédito concedido ou identificar fatores que possam indicar que o cliente possa trazer algum dano a imagem e reputação da Instituição.

Para proteger-se de perdas decorrentes das operações de Arrendamento Mercantil a LeasePlan considera a classificação do cliente ou grupo econômico, seu desempenho em relação ao cumprimento das obrigações financeiras e os aspectos relacionados ao ambiente econômico para definir o nível de provisão adequado. Caso o nível de provisionamento requerido pelo Banco Central fique abaixo do modelo de perda esperada adotado internamente, a Instituição pode constituir provisão complementar.

d) Risco de Ativo: O Risco de Ativo consiste na possibilidade de ocorrência de perda financeira decorrente da diferença entre o valor estimado e o valor efetivo de venda de um veículo arrendado, ou a perda financeira relacionada a erros nas estimativas de despesas relacionadas a um veículo objeto de arrendamento operacional. Tendo como principal atividade o Arrendamento operacional de veículos, os riscos inerentes a esse tipo de ativo são os mais relevantes para a LeasePlan no Brasil e no mundo. A estrutura para gestão e controle do risco de Ativo pela Instituição consiste em: - Comitês de Riscos de Ativos trimestrais composto por área independente das áreas de negócio; - Avaliações tempestivas dos valores estimados em comparação com os atuais de mercado dos veículos arrendados presentes em carteira; - Monitoramento de fatores que podem influenciar os valores residuais dos veículos arrendados (exemplo: tendência do mercado de veículos usados, alteração em modelos, pós-venda e atendimento de marcas, entre outros) e avaliação de possíveis impactos financeiros. - Mensuração e determinação de margens de segurança para precificação de novos contratos. - Revisão periódica de matrizes utilizadas como base para a composição de preços de contratos. - Aplicação de mecanismos contratuais de ajuste de valores (de forma preventiva, corretiva ou punitiva) quando verificado desvios contratuais por parte de clientes durante ou ao encerramento de um contrato de Arrendamento Mercantil. - Modelo estatístico para simulação do comportamento dos ativos em situações atuais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo com objetivo de quantificar perdas econômicas potenciais. As análises de risco de ativo são realizadas e reportadas a Matriz trimestralmente, as possíveis exposições contingentes são reconhecidas sob a rubrica *Impairment* (nota 3.e).

14. Outras Informações

a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Instituição não possuía posições no mercado de derivativos. **b)** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/13, que, dentre outras providências: • altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos; • revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. • dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. Com base na análise efetuada pela Administração em relação aos possíveis impactos tributários dos dispositivos da Lei nº 12.973/2014, a Instituição optou pela aplicação das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70 da citada Lei para o ano-calendário de 2014, nos termos e condições estabelecidas na regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil. Ainda, foram avaliados os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/2014 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 a serem reportados.

DIRETORIA

Fábio dos Santos Costa - Diretor Presidente

Renata Malveira Theill - Diretora Executiva

CONTADORA

Thais Moreira Silva - CRC 1SP 290452/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Barueri, 23 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Rui Borges
Contador CRC 1SP 207135/O-2